

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
DIEST – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

A Efetividade da Lei Maria da Penha e Políticas Públicas

Daniel Cerqueira (Diretor da DIEST)

Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa do Senado Federal

Brasília, 12 de abril de 2015

Roteiro

- O Brasil chega enfim na era moderna, ou a revolução da Lei Maria da Penha;
- A Institucionalização da política no território;
- Avaliando a efetividade da LMP;
- Uma longa estrada a trilhar;
- Conclusões e recomendações de políticas,

Referências

- Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. IPEA. TD 2048, março/2015;
- A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. IPEA. NT 13, março/2015;
- Violência Contra a Mulher e as Práticas Institucionais. SAL/MJ e IPEA. Série Pensando o Direito, nº 52.



A Revolução da Lei Maria da Penha

- Do Brasil patriarcal à LMP;
- A revolução da LMP: amadurecimento democrático e inovação legislativa;
- A efetividade da Lei se dá via:
 1. Canais comportamentais: i) aumento do custo da pena; aumento do empoderamento e condições de segurança, da vítima; e aperfeiçoamento dos mecanismos jurisdicionais => prevenção primária;
 2. Prevenção secundária e terciária.
- A efetividade da Lei depende de uma compreensão subjetiva e simbólica e da institucionalização dos serviços.

A Institucionalização dos serviços

Gráfico 1 - Organismos de Políticas para as Mulheres

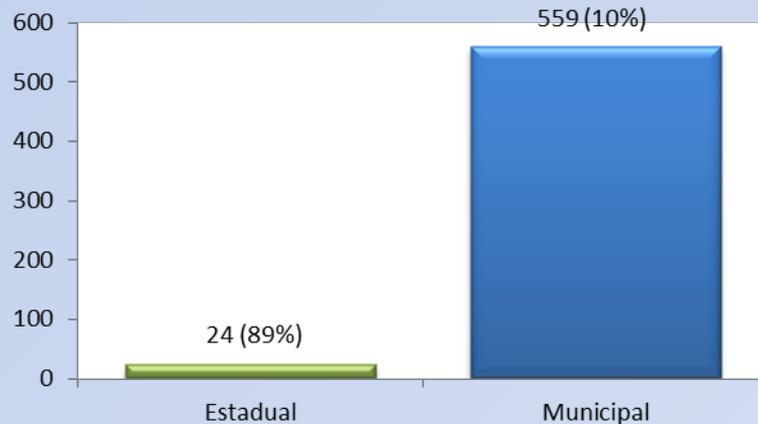
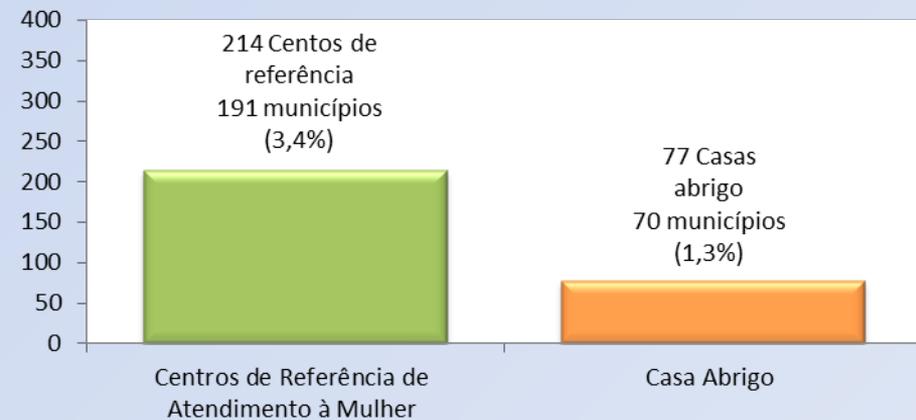


Gráfico 3 - Distribuição de Centros Especializados da Mulher e de Casas Abrigo no Brasil



Fonte: SPM. Brasília, julho, 2013

Elaboração: Consultoria ONU Mulheres. DIEST/IPEA

A Institucionalização dos serviços

Gráfico 4 – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Núcleos de Atendimento em delegacias comuns

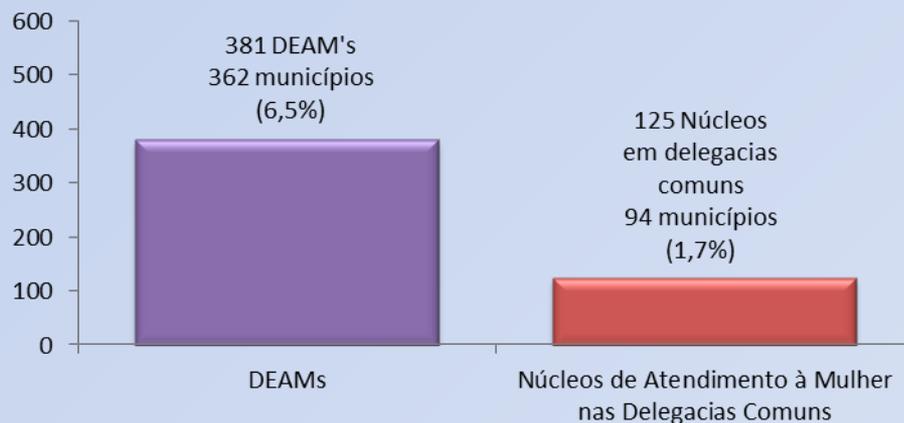
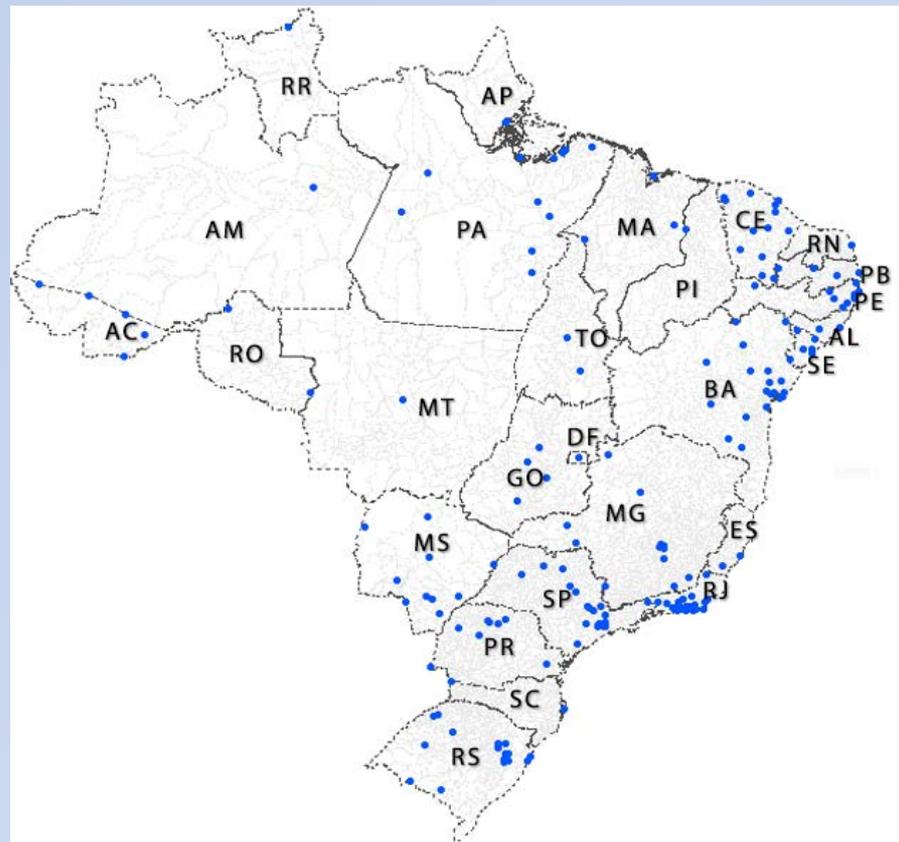


Gráfico 5 – Instituições do sistema de Justiça

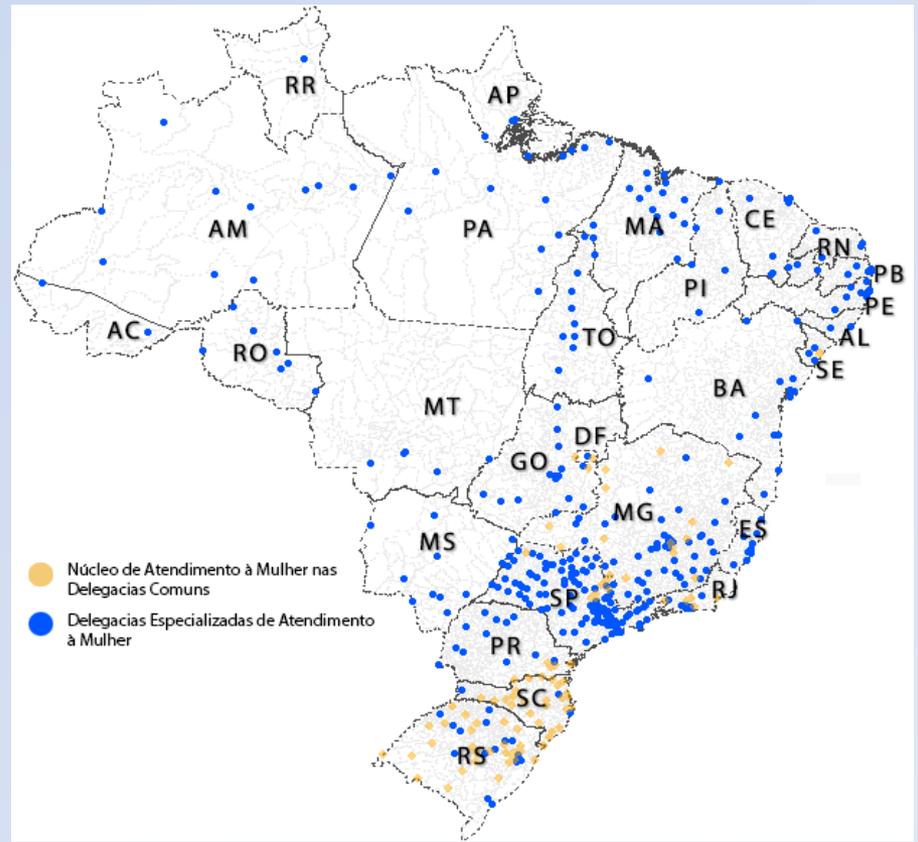


A Institucionalização dos serviços

Centros Especializados da Mulher



DEAMs e Núcleos de Atendimento em Delegacias Comuns



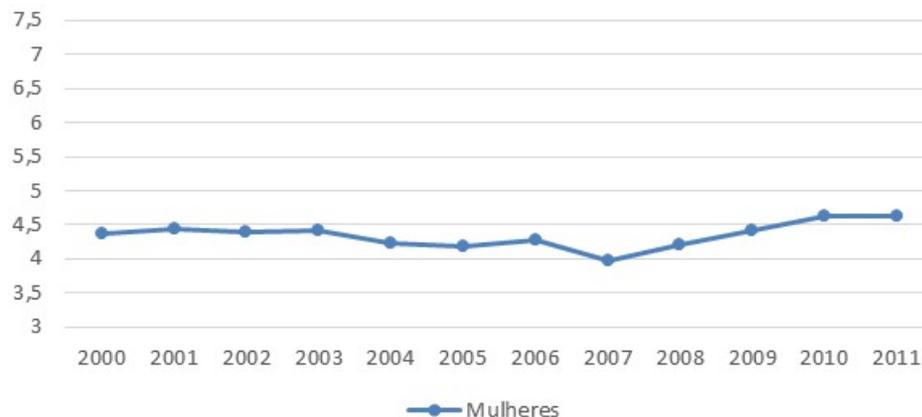
As dificuldades de medir o efeito da LMP sobre violência doméstica

1. Obter uma medida de violência de gênero;
2. Desenvolver um modelo contrafactual que isole outros fatores que causam a violência contra a mulher.

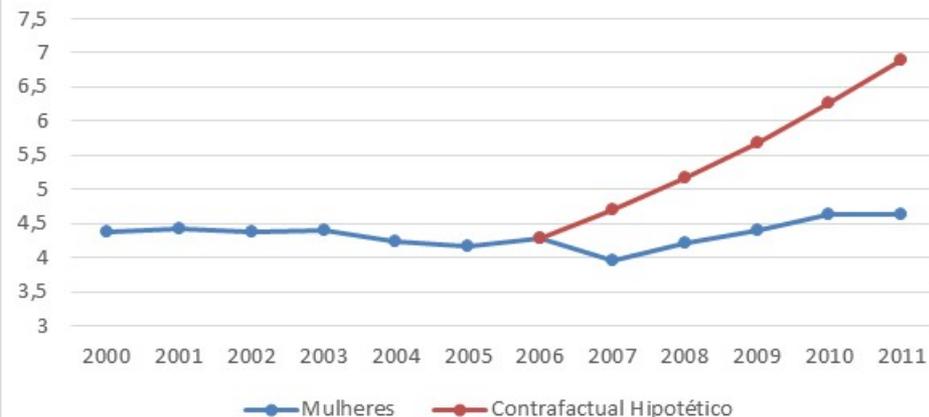


Cenário contrafactual: e se a LMP não existisse?

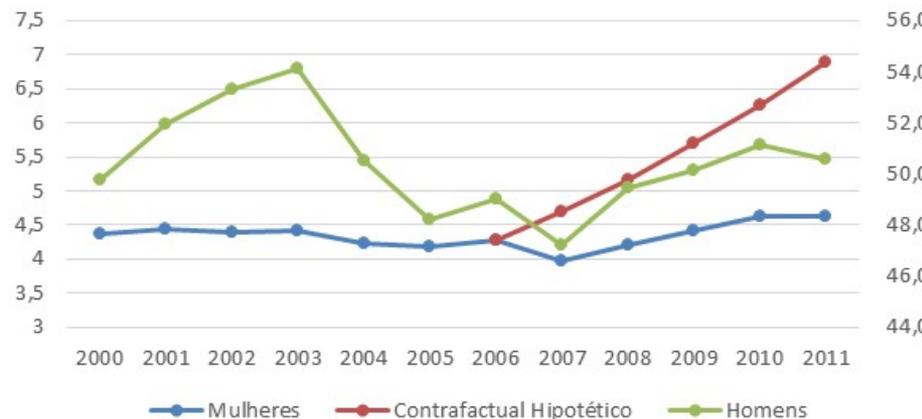
Exemplo de Cenário Contrafactual:
Taxas de Homicídio



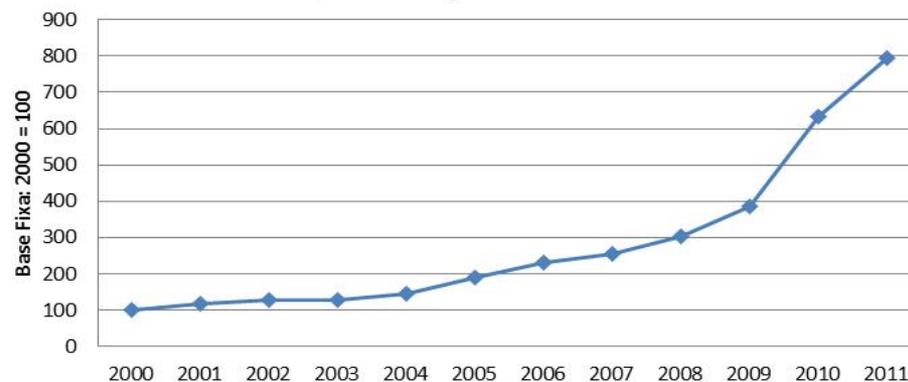
Exemplo de Cenário Contrafactual:
Taxas de Homicídio



Exemplo de Cenário Contrafactual:
Taxas de Homicídio



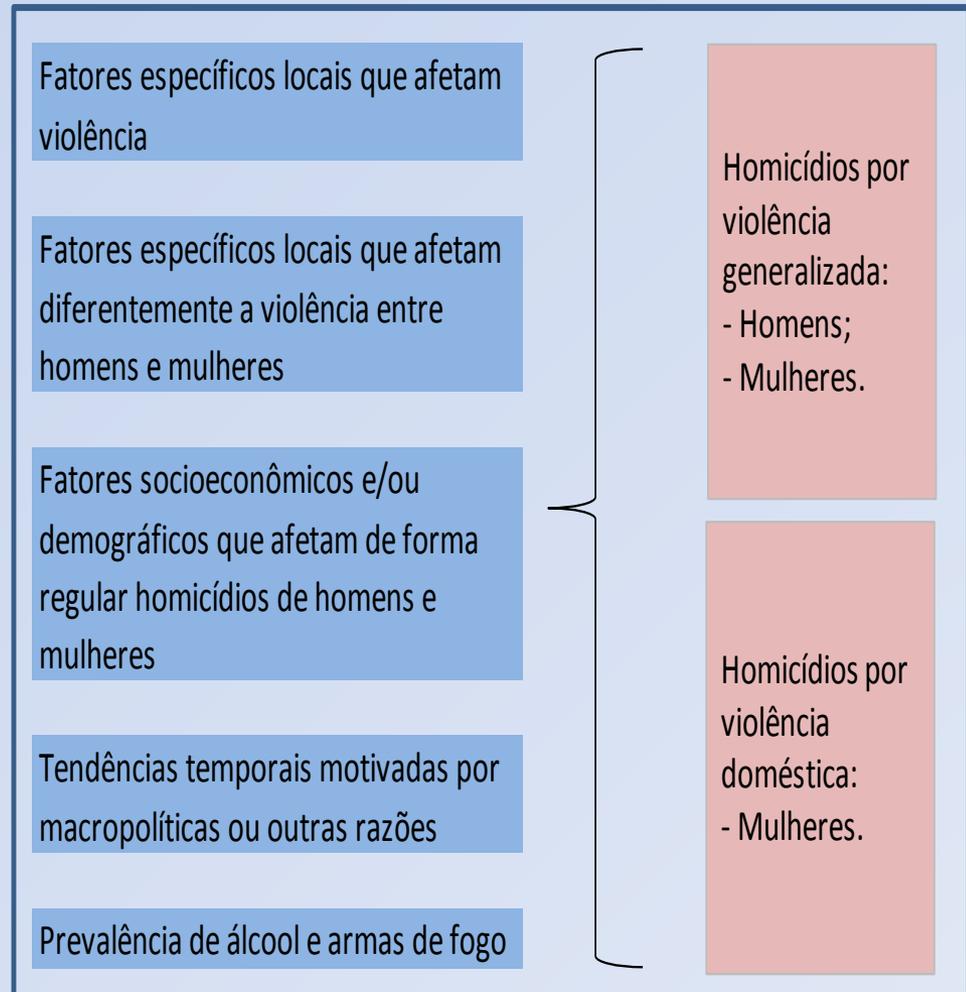
**Evolução das Mortes* por Envenenamento
por Drogas Ilícitas**



Fonte: SIM/DASIS/SVS/MS. Elaboração DIEST/IPEA. *como proporção da população.

Construindo o contrafactual: isolando a violência doméstica

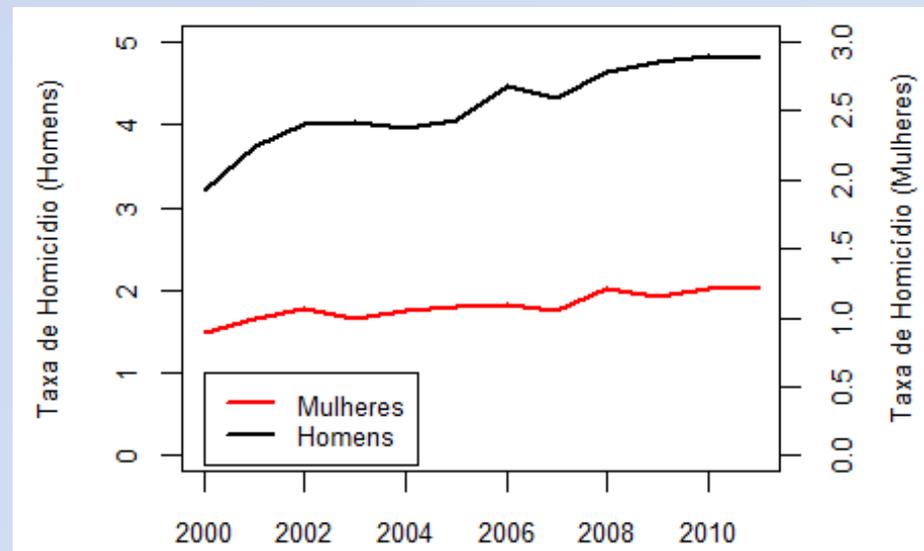
- Modelo de diferenças em diferenças para captar o efeito da LMP;
- Grupo de “controle” e “tratamento”;
- Compara o antes e o depois;
- Isola de outros fatores locais, socioeconômicos, locais e temporais



A LMP ajudou a salvar vidas!

- A LMP ajudou a frear os homicídios contra as mulheres. Caso a LMP não existisse os homicídios de mulheres dentro das residências teriam crescido 10% a mais;
- A LMP foi responsável por evitar centenas de milhares de agressões a cada ano por razões de gênero;
- Mas...

Gráfico 2: **Taxa de homicídio ocorrido na residência** (por 100.000 habitantes)
Brasil – 2000 a 2011



...Existe uma longa estrada a trilhar

Além da escassez de serviços que cobrem no máximo 10% dos municípios, há problemas nos serviços já instalados, como:

- a) Falta de espaço físico para atendimento humanizado
- b) Grande número de demandas e poucos Juizados e Núcleos
- c) Problemas quanto à falta de profissionais
- d) Atendimento feito por funcionários e estagiários
- e) Falta de informação precisa e adequada
- f) Dificuldade de cumprimento de medidas protetivas, em função do despreparo policial/oficial de justiça
- g) Escassez do trabalho em Rede
- h) Falta de competência híbrida dos JVDFMs
- i) Falta de adequado banco de dados das vítimas

Conclusões

- A LMP foi um marco contra a violência de gênero no Brasil e contribuiu para evitar que homicídios e centenas de milhares de agressões fossem cometidas contra as mulheres.
- Isto indica que a direção da política foi correta, ainda que exista uma longa estrada a trilhar que passa, principalmente, por:
 - Expandir a rede de serviços, que hoje alcança apenas 10% dos municípios brasileiros e está concentrada nas regiões sul e sudeste;
 - Aprimorar a qualidade do serviço e atendimento prestado;
 - Agilizar as ações preventivas para retirar o agressor do convívio;
 - Investir nas políticas transversais e multisetoriais para combater a cultura patriarcal.
- Questões que precisam de respostas:
 - Em que localidade seria prioritária a instalação dos serviços?
 - Qual a prevalência e quão razoável é a prestação dos serviços?
 - Como induzir a institucionalização da política nos rincões?